

QGEP Participações S.A.

*Informações Contábeis Trimestrais - ITR
Individual e Consolidada Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2012
e Relatório Sobre a Revisão de Informações
Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	04
-----------------------------	----

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	05
Balanço Patrimonial Passivo	05
Demonstração do Resultado	06
Demonstração do Fluxo de Caixa	08

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL – 01/01/2012 à 30/06/2012	09
DMPL – 01/01/2011 à 30/06/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL – 01/01/2012 à 30/06/2012	17
DMPL – 01/01/2011 à 30/06/2011	18
Demonstração do Valor Adicionado	19
Notas Explicativas	15

Parecer

Relatório de Revisão Especial – Sem Ressalva	59
--	----

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

<u>Número de ações</u> (Unidades)	<u>Trimestre atual</u> <u>30/06/2012</u>
Do capital integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	-
Total	265.806.905
Em tesouraria	
Ordinárias	1.097.439
Preferenciais	-
Total	1.097.439

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual 30/06/2012	Exercício anterior 31/12/2011
1	ATIVO TOTAL	<u>2.144.813</u>	<u>2.176.019</u>
1.01	Ativo circulante	1.635	5.521
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	1.097	2.705
1.01.08	Outros ativos circulantes	538	2.816
1.01.08.03	Outros	538	2.816
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	2.716
1.01.08.03.03	Prêmios de seguros a amortizar	386	36
1.01.08.03.04	Imposto de renda sobre aplicação financeira	86	64
1.01.08.03.05	Outras despesas	66	0
1.02	Ativo não circulante	2.143.178	2.170.498
1.02.02	Investimentos	2.143.178	2.170.498
1.02.02.01	Participações societárias	2.143.178	2.170.498
1.02.02.01.02	Participações em controladas	2.143.178	2.170.498
2	PASSIVO TOTAL	<u>2.144.813</u>	<u>2.176.019</u>
2.01	Passivo circulante	933	256
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	40	32
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	40	32
2.01.02	Fornecedores	67	83
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	67	83
2.01.03	Obrigações fiscais	36	28
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	36	28
2.01.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social a pagar	36	28
2.01.05	Outras obrigações	790	113
2.01.05.01	Passivos com partes relacionadas	790	113
2.01.05.01.02	Débitos com controladas	790	113
2.03	Patrimônios líquido	2.143.880	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	(1.342)	3.731
2.03.02.04	Opções outorgadas	7.765	3.731
2.03.02.05	Ações em tesouraria	(9.107)	0
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	(26.810)	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual	Acumulado do atual exercício	Trimestre do exercício anterior	Acumulado do exercício anterior
		01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
3.04	Despesas/Receitas operacionais	(96.086)	(26.851)	58.242	71.478
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(847)	(1.781)	(1.357)	(1.867)
3.04.06	Resultado de equivalência patrimonial	(95.239)	(25.070)	59.599	73.345
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(96.086)	(26.851)	58.242	71.478
3.06	Resultado financeiro	31	41	117	246
3.06.01	Receitas financeiras	31	94	121	250
3.06.02	Despesas financeiras	0	(53)	(4)	(4)
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
3.11	Lucro/Prejuízo do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
3.99	Lucro/Prejuízo por ação – (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro/Prejuízo básico por ação				
3.99.01.01	ON	(0,36000)	(0,10000)	0,27000	0,33000
3.99.02	Lucro/Prejuízo diluído por ação				
3.99.02.01	ON	(0,36000)	(0,10000)	0,27000	0,33000

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual	Acumulado do atual exercício	Trimestre do exercício anterior	Acumulado do exercício anterior
		01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro/Prejuízo do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
4.03	Resultado abrangente do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS/DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Acumulado	Acumulado
		do atual exercício	do exercício anterior
		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	1.216	1.529
6.01.01	Caixa gerado nas operações	(1.740)	(1.621)
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido	(26.810)	71.724
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	25.070	(73.345)
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	2.956	3.150
6.01.02.01	Impostos a recuperar	0	(40)
6.01.02.02	Outros ativos	2.279	204
6.01.02.03	Fornecedores	(16)	3.467
6.01.02.04	Impostos a recolher	8	155
6.01.02.05	Partes relacionadas	677	(660)
6.01.02.06	Outros passivos	8	24
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	6.284	(1.462.046)
6.02.01	Adições ao investimento	(2.716)	(1.462.046)
6.02.02	Dividendos recebidos	9.000	0
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	(9.108)	1.457.593
6.03.01	Aumento de capital	0	1.515.079
6.03.02	Custos com emissão de ações	0	(57.380)
6.03.03	Pagamento de dividendos	(1)	(106)
6.03.04	Ações em tesouraria	(9.107)	0
6.05	Redução de caixa e equivalentes	(1.608)	(2.924)
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.705	5.229
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	1.097	2.305

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2012 À 30/06/2012
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.04	Transações de capital com os sócios	-	(9.107)	-	-	-	(9.107)
5.04.04	Ações em tesouraria adquiridas	-	(9.107)	-	-	-	(9.107)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	(26.810)	-	(26.810)
5.05.01	Prejuízo líquido do período	-	-	-	(26.810)	-	(26.810)
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	4.034	-	-	-	4.034
5.06.01	Constituição de reservas	-	4.034	-	-	-	4.034
5.07	Saldos finais	2.078.116	(1.342)	93.916	(26.810)	-	2.143.880

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2011 À 30/06/2011
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	620.417	1.886	-	-	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	1.886	-	-	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	(106)	-	-	-	1.457.593
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)
5.04.06	Dividendos	-	(106)	-	-	-	(106)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	71.724	-	71.724
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	71.724	-	71.724
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	933	-	-	-	933
5.06.01	Constituição de reservas	0	933	-	-	-	933
5.07	Saldos finais	2.078.116	2.713	-	71.724	-	2.152.553

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	(818)	(960)
	Materiais, energia, servs. de terceiros e		
7.02.02	outros	(818)	(960)
7.03	Valor adicionado bruto	(818)	(960)
7.05	Valor adicionado líquido produzido	(818)	(960)
7.06	Vlr adicionado recebido em transferência	(24.976)	73.595
7.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	(25.070)	73.345
7.06.02	Receitas financeiras	94	250
7.07	Valor adicionado total a distribuir	(25.794)	72.635
7.08	Distribuição do valor adicionado	(25.794)	72.635
7.08.01	Pessoal	805	703
7.08.01.01	Remuneração direta	805	703
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	155	184
7.08.02.01	Federais	155	184
7.08.03	Remuneração de capitais de terceiros	56	24
7.08.03.01	Juros	53	4
7.08.03.03	Outras	3	20
7.08.03.03.01	Despesas bancária	3	20
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	(26.810)	71.724
7.08.04.03	Lucros retidos / Prejuízo do período	(26.810)	71.724

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual</u> <u>30/06/2012</u>	<u>Exercício anterior</u> <u>31/12/2011</u>
1	ATIVO TOTAL	2.377.024	2.729.723
1.01	Ativo circulante	1.028.524	1.258.107
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	797.746	1.021.951
1.01.02	Aplicações financeiras	97.719	130.479
1.01.02.01	Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	97.719	130.479
1.01.02.01.02	Títulos disponíveis para venda	97.719	130.479
1.01.03	Contas a receber	97.956	76.140
1.01.03.01	Clientes	97.956	76.140
1.01.04	Estoques	5.362	5.362
1.01.06	Tributos a recuperar	20.358	20.698
1.01.06.01	Tributos correntes a recuperar	20.358	20.698
1.01.08	Outros ativos circulantes	9.383	3.477
1.01.08.03	Outros	9.383	3.477
1.01.08.03.02	Outros	9.383	3.477
1.02	Ativo não circulante	1.348.500	1.471.616
1.02.01	Ativo realizável a longo prazo	34.701	66.986
1.02.01.02	Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	16.939	60.968
1.02.01.02.01	Títulos matidos até o vencimento	16.939	60.968
1.02.01.06	Tributos diferidos	8.289	5.800
1.02.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.289	5.800
1.02.01.09	Outros ativos não circulantes	9.473	218
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	9.422	167
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	51	51
1.02.03	Imobilizado	777.992	869.425
1.02.03.01	Imobilizado em operação	510.222	541.508
1.02.03.03	Imobilizado em andamento	267.770	327.917
1.02.04	Intangível	535.807	535.205
1.02.04.01	Intangíveis	535.807	535.205
1.02.04.01.01	Contrato de concessão	533.763	533.763
1.02.04.01.02	Outros	2.044	1.442

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual</u> <u>30/06/2012</u>	<u>Exercício anterior</u> <u>31/12/2011</u>
2	PASSIVO TOTAL	2.377.024	2.729.723
2.01	Passivo circulante	117.947	395.348
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	8.961	1.453
2.01.01.01	Obrigações sociais	516	402
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	8.445	1.051
2.01.02	Fornecedores	48.670	292.547
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	48.670	292.547
2.01.02.01.01	Fornecedores	48.670	26.652
2.01.02.01.02	Contas a pagar	-	265.895
2.01.03	Obrigações fiscais	37.259	24.483
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	32.646	19.925
2.01.03.02	Obrigações fiscais estaduais	4.613	4.513
2.01.04	Empréstimo e financiamentos	-	51.992
2.01.04.01	Empréstimo e financiamentos	-	51.992
2.01.04.01.01	Em moeda nacional	-	51.992
2.01.05	Outras obrigações	14.226	18.883
2.01.05.01	Passivos com partes relacionadas	968	500
2.01.05.01.03	Débitos com controladores	968	500
2.01.05.02	Outros	13.258	18.383
2.01.06	Provisões	8.831	6.035
2.01.06.02	Outras provisões	8.831	6.035
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	8.831	6.035
2.02	Passivo não circulante	115.197	158.612
2.02.01	Empréstimos e financiamentos	-	51.565
2.02.01.01	Empréstimos e financiamentos	-	51.565
2.02.01.01.01	Em moeda nacional	-	51.565
2.02.04	Provisões	115.197	107.047
2.02.04.02	Outras provisões	115.197	107.047
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	115.197	107.047
2.03	Patrimônio líquido consolidado	2.143.880	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	(1.342)	3.731
2.03.02.04	Opções Outorgadas	7.765	3.731
2.03.04.05	Ações em tesouraria	(9.107)	-
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	(26.810)	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre atual	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		01/01/2012 à 30/06/2012	atual exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/06/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de venda de bens e/ou serviços	123.160	219.147	60.817	131.918
3.02	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(45.173)	(83.490)	(25.505)	(52.396)
3.03	Resultado bruto	77.987	135.657	35.312	79.522
3.04	Despesas/Receitas operacionais	(177.741)	(191.456)	(14.724)	(58.866)
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(20.371)	(31.049)	(10.363)	(39.874)
3.04.05	Outras despesas operacionais	(157.370)	(160.407)	(4.361)	(18.992)
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(157.370)	(160.407)	(2.456)	(17.363)
3.04.05.02	Outras operacionais líquidas	-	-	(1.905)	(1.629)
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(99.754)	(55.799)	20.588	20.656
3.06	Resultado financeiro	7.768	47.019	49.516	72.453
3.06.01	Receitas financeiras	20.072	70.185	55.781	84.481
3.06.01.01	Receitas financeiras	20.072	47.412	47.254	73.283
3.06.01.02	Variação cambial ativa	-	22.773	8.527	11.198
3.06.02	Despesas financeiras	(12.304)	(23.166)	(6.265)	(12.028)
3.06.02.01	Despesas financeiras	(779)	(3.214)	(6.265)	(12.028)
3.06.02.02	Variação cambial passiva	(11.525)	19.952	-	-
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(91.986)	(8.780)	70.104	93.109
3.08	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(4.069)	(18.030)	(11.745)	(21.385)
3.08.01	Corrente	(6.472)	(20.518)	(8.070)	(20.941)
3.08.02	Diferido	2.403	2.488	(3.675)	(444)
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	(96.055)	(26.810)	(58.359)	71.724
3.11	Lucro/Prejuízo consolidado do período	(96.055)	(26.810)	(58.359)	71.724
3.11.01	Atribuído a sócios da empresa controladora	(96.055)	(26.810)	(58.359)	71.724
3.99	Lucro por ação – (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro básico por ação				
3.99.01.01	ON	(0,36000)	(0,10000)	0,27000	0,33000
3.99.02	Lucro diluído por ação				
3.99.02.01	ON	(0,36000)	(0,10000)	0,27000	0,33000

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	Trimestre	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		atual	atual exercício	exercício	exercício
		<u>01/04/2012 à</u>	<u>01/01/2012 à</u>	<u>01/04/2011 à</u>	<u>01/01/2011 à</u>
		<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06//2011</u>
4.01	Lucro/Prejuízo Líquido consolidado do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
4.03	Resultado abrangente do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
4.03.01	Atribuído a sócios da empresa controladora	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMOSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	Acumulado do	Acumulado do
		atual <u>exercício</u>	<u>exercício anterior</u>
		01/01/2012 à	01/01/2011 à
		<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	120.660	101.761
6.01.01	Caixa gerado nas operações	143.191	119.059
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	(26.810)	71.724
6.01.01.02	Amortização e depreciação	39.042	24.060
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.488)	444
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	2.648	12.118
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	118.075	14.040
6.01.01.06	Plano de opção de ação	4.034	933
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.518	11.375
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.795	917
6.01.01.09	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	(22.773)	-
6.01.01.10	Variação cambial sobre provisão para abandono	8.150	(5.997)
6.01.01.11	Provisão para garantia de devolução de blocos	-	(10.555)
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	(22.531)	(17.298)
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	(21.816)	24.882
6.01.02.02	Impostos a recuperar	(8.915)	(7.283)
6.01.02.03	Outros ativos	(5.906)	(10.750)
6.01.02.04	Fornecedores	22.018	6.182
6.01.02.05	Impostos a recolher	5.905	(15.180)
6.01.02.06	Juros pagos	(3.075)	(13.458)
6.01.02.07	Impostos de renda e contribuição social pagos	(13.602)	(3.102)
6.01.02.08	Partes relacionadas	468	(211)
6.01.02.09	Outros passivos	2.392	1.622
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	(232.627)	(419.276)
6.02.01	Caixa restrito	44.029	(17.492)
6.02.02	Aplicações financeiras	32.760	(326.042)
6.02.03	Pagamento de imobilizado	(65.508)	(43.672)
6.02.04	Pagamento de intangível	(243.908)	(32.070)
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	(112.238)	1.396.036
6.03.01	Aumento de capital	-	1.515.079
6.03.02	Custo com emissão de ações	-	(57.380)
6.03.03	Pagamento de financiamentos	(103.130)	(61.557)
6.03.04	Ações em tesouraria	(9.107)	-
6.03.05	Pagamento de dividendos	(1)	(106)
6.05	Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(224.205)	1.078.521
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.021.951	137.225
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	797.746	1.215.746

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2012 À 30/06/2012
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
	Transação de capital com os								
5.04	sócios	-	(9.107)	-	-	-	(9.107)	-	(9.107)
5.04.04	Ações em tesouraria adquiridas	-	(9.107)	-	-	-	(9.107)	-	(9.107)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	(26.810)	-	(26.810)	-	(26.810)
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	(26.810)	-	(26.810)	-	(26.810)
	Mutações internas do patrimônio								
5.06	líquido	-	4.034	-	-	-	4.034	-	4.034
5.06.01	Constituições de reservas	-	4.034	-	-	-	4.034	-	4.034
5.07	Saldos finais	2.078.116	(1.342)	93.916	(26.810)	-	2.143.880	-	2.143.880

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2011 À 30/06/2011
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	620.417	1.886	-	-	-	622.303	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	1.886	-	-	-	622.303	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	(106)	-	-	-	1.457.593	-	1.457.593
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)	-	(57.380)
5.04.06	Dividendos	-	(106)	-	-	-	(106)	-	(106)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	71.724	-	71.724	-	71.724
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	71.724	-	71.724	-	71.724
	Mutações internas do patrimônio líquido	-	933	-	-	-	933	-	933
5.06.01	Constituição de reservas	-	933	-	-	-	933	-	933
5.07	Saldos finais	2.078.116	2.713	-	71.724	-	2.152.553	-	2.152.553

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	345.109	213.889
7.01.01	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	279.601	169.893
7.01.02	Outras receitas	-	324
7.01.03	Receitas refs. à construção de ativos próprios	65.508	43.672
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	(265.159)	(94.813)
7.02.01	Custos prods., mercs e servs. vendidos	(183.602)	(35.968)
7.02.02	Materiais, energia, servs, de terceiros e outros	(73.954)	(55.540)
7.02.04	Outros	(7.603)	(3.305)
7.03	Valor adicionado bruto	79.950	119.076
7.04	Retenções	(39.042)	(24.060)
7.04.01	Depreciação, amortização e exaustão	(39.042)	(24.060)
7.05	Valor adicionado líquido produzido	40.908	95.016
7.06	Vlr adicionado recebido em transferência	69.261	73.283
7.06.02	Receitas financeiras	47.412	73.283
7.06.03	Outros	21.849	-
7.07	Valor adicionado total a distribuir	110.169	168.299
7.08	Distribuição do valor adicionado	110.169	168.299
7.08.01	Pessoal	19.865	27.665
7.08.01.01	Remuneração direta	18.914	27.379
7.08.01.02	Benefícios	576	199
7.08.01.03	F.G.T.S	375	87
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	94.383	67.632
7.08.02.01	Federais	45.394	37.455
7.08.02.02	Estaduais	27.689	19.401
7.08.02.03	Municipais	21.300	10.776
7.08.03	Remuneração de capital de terceiros	22.731	1.278
7.08.03.01	Juros	3.216	12.028
7.08.03.02	Aluguéis	292	186
7.08.03.03	Outras	19.223	(10.936)
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	(26.810)	71.724
7.08.04.03	Lucros retidos/ Prejuízo do período	(26.810)	71.724

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(As informações trimestrais de 30 de junho foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 6 de agosto de 2012)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 30 de junho de 2012, o Grupo apresenta em seu portfólio sete blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-M-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e três na Bacia de Santos (BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Dos blocos citados, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2 e BS-4 e os demais são operados pela Petrobras.

O Grupo possui ainda a participação em cinco campos em fase de desenvolvimento e produção. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (Manati, Coral e Camarão Norte) e dois estão situados na Bacia de Santos (Campos de Atlanta e Oliva, antigo BS-4). Dos campos citados, a QGEP é operadora de Atlanta e Oliva e os demais são operados pela Petrobras.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem através de uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as informações financeiras trimestrais individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das informações financeiras trimestrais individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas informações consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes, praticadas entre as entidades consolidadas.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as transações das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e suas controladas. As transações, saldos, receitas e despesas entre partes relacionadas são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir, utilizando a mesma data base:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>30/06/2012</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

2.4. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota 6).

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e custos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dry hole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de custos exploratórios para a extração de petróleo e gás.

- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em custos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vem sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pelo Grupo ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota 2.8, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que os ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de junho de 2012, não existia necessidade de registrar para perda em seus ativos, exceto para as baixas dos gastos com perfuração dos poços que não representaram viabilidade, conforme descrito na nota 18.

2.10. Desmantelamento de áreas produtoras

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 15).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 14).

2.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.15. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

2.16. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria), são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserida e a forma como é gerida.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, não sendo uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Lucro líquido por ação

Calculada com base no número médio ponderado de ações ordinários totais (Nota explicativa 22).

2.24. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 não tiveram qualquer impacto nas informações financeiras trimestrais da Companhia. As normas a seguir relacionadas, referentes as operações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de julho de 2012 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes as operações da Companhia, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 7	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2013
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de julho de 2012
IAS 19	Benefícios a empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações contábeis pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2012 é de R\$16.939. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem várias premissas relacionadas ao desempenho do Grupo, as taxas de câmbio, o volume de produção, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30,0% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registrada e/ou divulgada, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis (Notas 2.12 e 14).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimada. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção é baseada no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações do consórcio.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	17	51	1.419	758
CDB's e debêntures	1.080	2.654	180.701	106.553
Fundo de investimento exclusivo (*)	-	-	<u>615.626</u>	<u>914.640</u>
Total	<u>1.097</u>	<u>2.705</u>	<u>797.746</u>	<u>1.021.951</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures), e investimento em fundo exclusivo, possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundo de investimento exclusivo (*)	<u>97.719</u>	<u>130.479</u>
Total	<u>97.719</u>	<u>130.479</u>

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 100,59% do CDI no acumulado do período findo em 30 de junho de 2012.

(*) Composição dos fundos de investimentos exclusivos

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa do CDI.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos em 30 de junho de 2012 são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Valor</u>
Compromissada (debêntures)	88.072
CDB/ CDI (pós-fixado)	<u>527.554</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>615.626</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	68.442
Letras Financeiras (HSBC e Bradesco)	<u>29.277</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>97.719</u>

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (até 27 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Estoques de materiais (*)	5.362	5.362

(*) Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória do BM-J-2, que foi interrompida temporariamente conforme citado na Nota explicativa 1.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Passivo - circulante</u>				
Contas a pagar - Construtora QG S.A. (a)	-	-	94	58
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	874	325
Contas a pagar - BS-3 S.A.	-	-	-	117
Contas a pagar - QGEP (c)	<u>790</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>790</u>	<u>113</u>	<u>968</u>	<u>500</u>

	Consolidado			
	<u>01/04/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/04/11</u> <u>a 30/06/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/06/11</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas (b)	127	468	508	1.043
Despesas financeiras (a)	52	194	337	639

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012, conforme citado na Nota 13.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG presta à Manati e à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.

(c) Refere-se a reembolso de despesas incorridas.

7.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/04/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/04/11</u> <u>a 30/06/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/06/11</u>
Benefícios de curto prazo	501	928	422	834

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Benefícios de curto prazo	6.578	7.711	1.695	3.258
Plano de opção de ações	1.462	2.237	-	-

Além da remuneração citada acima, durante o ano de 2011, foi pago o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Fundo de provisão de abandono (a)	16.939	11.379
Aplicação financeira - amortização acelerada dos empréstimos BNB e BNDES (b)	-	2.142
Aplicação financeira - conta reserva (c)	-	47.447
Total caixa restrito	<u>16.939</u>	<u>60.968</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota 15) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 5,69% no período findo em 30 de junho de 2012 (2,21% no período findo em 30 de junho de 2011).
- (b) Conta para qual eram transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançava um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, BNB e BNDES podiam efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos eram aplicados em Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), com rentabilidade de 99% do CDI. Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações financeiras mantidas na rubrica de caixa restrito conforme Contrato de Financiamento.
- (c) Outros ativos financeiros da Companhia eram compostos por saldos de aplicações financeiras que faziam parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos eram aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendiam uma taxa média de 99% do CDI. Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações mantidas conforme Contrato de Financiamento.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Antecipação IR e CS	5.268	978
IRRF sobre aplicação financeira (a)	22.993	19.514
Outros	<u>1.519</u>	<u>373</u>
Total	<u>29.780</u>	<u>20.865</u>
Circulante	<u>20.358</u>	<u>20.698</u>
Não circulante	<u>9.422</u>	<u>167</u>

(a) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção deste imposto é calculada, tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ICMS (a)	-	-	4.617	5.006
Imposto de renda e contribuição social	-	-	12.669	6.301
IRRF	36	28	322	343
PIS/COFINS (a)	-	-	13.506	9.395
Royalties (b)	-	-	3.193	2.453
Participação especial (c)	-	-	2.858	865
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94</u>	<u>75</u>
Total circulante	<u>36</u>	<u>28</u>	<u>37.259</u>	<u>24.438</u>

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

(c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	<u>01/04/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/04/11</u> <u>a 30/06/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/06/11</u>
Lucro antes da tributação	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	32.659	9.115	(19.842)	(24.386)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	(32.381)	(8.524)	20.263	24.937
Prejuízos fiscais não ativados	(278)	(591)	(421)	(551)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	_____ -	_____ -	_____ -	_____ -
Imposto de renda/contribuição social correntes	_____ -	_____ -	_____ -	_____ -
	Consolidado			
	<u>01/04/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/06/12</u>	<u>01/04/11</u> <u>a 30/06/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/06/11</u>
Lucro antes da tributação	(91.986)	(8.780)	70.104	93.109
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	31.275	2.985	(23.835)	(31.657)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	12.319	22.220	5.551	13.314
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(48.379)	(49.222)	1.291	(5.827)
Baixa de blocos exploratórios	-	-	10.299	10.299
Despesas indedutíveis (Receita não tributável)	716	5.987	(5.051)	(7.514)
Imposto de renda e contribuição social	(4.069)	(18.030)	(11.745)	(21.385)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.403	2.488	(3.675)	(444)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(6.472)	(20.518)	(8.070)	(20.941)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.15).

(b) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da controlada QGEP. Em 30 de junho de 2012 a QGEP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$114.402 (R\$15.472 em 30 de junho de 2011), sendo que a QGEP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data, pois suas atividades ainda estão nas fases exploratória e de desenvolvimento.

9.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Manati, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	<u>Consolidado</u>
<u>ATIVO</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.800
Diferença temporária:	
Amortização dos ativos referentes a provisão de abandono	819
Variação cambial da provisão de abandono	1.243
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	<u>427</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>8.289</u>

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido será realizado na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos em projeções efetuadas. A Companhia estima a realização do ativo fiscal diferido referente a provisão de abandono a partir de 2027.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, são:

	<u>Controlada direta QGEP</u>	<u>Controlada indireta Manati</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.143.178	622.811
Resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012	(25.070)	106.972

A movimentação dos investimentos da QGEP na controlada direta QGEP apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	2.170.498
Plano de opção de ações	4.034
Dividendos recebidos (a)	(6.284)
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>(25.070)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>2.143.178</u>

(a) Em AGE realizada em 5 de junho de 2012 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$9.000, sendo R\$2.716 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$6.284 referente aos dividendos intermediários do saldo da Reserva de Investimentos de 31 de dezembro de 2011.

(b) Resultado apurado pela investida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati, localizado na Bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

11. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado			31/12/2011
		30/06/2012		Líquido	
		Custo	Depreciação e amortização		
Segmento corporativo					
Móveis e utensílios	10%	661	(86)	575	593
Veículos	20%	767	(128)	639	532
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.344	(308)	1.036	1.141
Computadores – <i>Hardware</i>	20%	1.048	(175)	873	880
Adiantamento para aquisição imobilizado		685	-	685	-
Subtotal		<u>4.505</u>	<u>(697)</u>	<u>3.808</u>	<u>3.146</u>
Segmento de <i>upstream</i>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	267.770	-	267.770	327.917
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(11.224)	5.620	6.353
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)		5.642	-	5.642	1.362
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>804.506</u>	<u>(309.354)</u>	<u>495.152</u>	<u>530.647</u>
Subtotal		<u>1.094.762</u>	<u>(320.578)</u>	<u>774.184</u>	<u>866.279</u>
Total		<u>1.099.267</u>	<u>(321.275)</u>	<u>777.992</u>	<u>869.425</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2011	3.533	327.917	16.844	1.362	802.178	1.151.834
(+) Adições do período	977	57.923 (a)	-	4.280	2.328	65.508
(-) Baixas do período	(5)	(118.070) (b)	-	-	-	(118.075)
Saldo em 30/06/2012	<u>4.505</u>	<u>267.770</u>	<u>16.844</u>	<u>5.642</u>	<u>804.506</u>	<u>1.099.267</u>

- (a) Principais adições referentes ao BM-S-12 e ao BM-S-8 nos montantes de R\$26.050 e R\$26.263, respectivamente, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais.
- (b) Principais baixas referente ao poço Ilha do Macuco (bloco BM-S-12) no montante de R\$81.513 e ao prospecto Jequitibá (BM-CAL-5) no montante de R\$36.557.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração	Amortização gastos com desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2011	(387)	(10.491)	(271.531)	(282.409)
(+) Adições do período	(310)	(733)	(37.823)	(38.866)
Saldo em 30/06/2012	<u>(697)</u>	<u>(11.224)</u>	<u>(309.354)</u>	<u>(321.275)</u>

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Custo	Amortização	30/06/2012	31/12/2011
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	2.306	(262)	2.044	1.442
Total	<u>536.069</u>	<u>(262)</u>	<u>535.807</u>	<u>535.205</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$27.687 (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% no montante de R\$247.732 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$24.932 (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% no montante de R\$243.130 (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012.

- (ii) Em 30 de junho de 2012, os bônus de assinatura, no montante de R\$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível na Nota 20.

Custo e Amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo líquido em 31/12/2011	529.399	4.364	1.442	535.205
(+) Adições (custo)	-	-	778	778
(-) Adições (amortização)	-	-	(176)	(176)
Saldo em 30/06/2012	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>2.044</u>	<u>535.807</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinavam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia, os quais foram liquidados integralmente em 15 de maio de 2012.

			Consolidado		Forma de pagamento
	30/06/2012	31/12/2011	Encargos	Garantia	
<u>Moeda nacional</u>					
BNDES	-	52.474	TJLP +3.5% a.a.	Fiança penhor ações Manati	mensal
BNB	-	<u>51.083</u>	10% a.a.	Fiança penhor ações Manati	mensal
Total em moeda nacional	-	<u>103.557</u>			
Circulante	-	51.992			
Não circulante	-	<u>51.565</u>			
Total consolidado	-	<u>103.557</u>			

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TJLP –Taxa de Juros de Longo Prazo
 BNB – Banco do Nordeste

Segue abaixo a movimentação do período:

Saldo 31/12/2011	103.557
(-) Amortização do principal	(103.130)
(+) Adições de juros	2.892
(-) Amortização de juros	(3.075)
(-) Bônus adimplência	<u>(244)</u>
Saldo 30/06/2012	<u>-</u>

14. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais e se referem:

- Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação no contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde - descumprimento de condicionantes, a qual deu origem a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada pelo Auto de Infração lavrado em 22 de novembro de 2006, pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). O valor da execução é de R\$364 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação no contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para abandono referente as operações na controlada Manati foram definidas pelo operador do bloco (Petrobras) tendo sido esta revisada para o exercício de 2011, conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 11 de novembro de 2011.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado do período.

Movimentação da Provisão para Abandono no período:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	107.047
Variação cambial do período	<u>8.150</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>115.197</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/12</u>	<u>01/01/12</u>	<u>01/04/11</u>	<u>01/01/11</u>
	<u>a 30/06/12</u>	<u>a 30/06/12</u>	<u>a 30/06/11</u>	<u>a 30/06/11</u>
Receita bruta	<u>155.369</u>	<u>279.601</u>	<u>78.301</u>	<u>169.893</u>
PIS	(2.491)	(4.488)	(1.267)	(2.749)
COFINS	(11.474)	(20.672)	(5.836)	(12.661)
ICMS	(13.843)	(27.694)	(8.870)	(19.266)
Descontos - reduções contratuais	(4.401)	(7.600)	(1.511)	(3.299)
Total de deduções	<u>(32.209)</u>	<u>(60.454)</u>	<u>(17.484)</u>	<u>(37.975)</u>
Receita líquida	<u>123.160</u>	<u>219.147</u>	<u>60.817</u>	<u>131.918</u>

17. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1. Custos

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Custos de extração	(9.801)	(20.850)	(9.681)	(16.819)
<i>Royalties</i> e participação especial	(12.337)	(21.288)	(4.812)	(10.752)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.554)	(2.796)	-	(917)
Amortização e depreciação	<u>(21.481)</u>	<u>(38.556)</u>	<u>(11.012)</u>	<u>(23.908)</u>
Total	<u>(45.173)</u>	<u>(83.490)</u>	<u>(25.505)</u>	<u>(52.396)</u>

17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Pessoal	(518)	(960)	(492)	(848)
Serviços contratados de terceiros	(137)	(187)	(115)	(200)
Seguros	(157)	(361)	(446)	(446)
Impostos e taxas	-	(3)	(8)	(58)
Anúncios e publicações	-	(198)	(237)	(246)
Outras despesas	<u>(35)</u>	<u>(72)</u>	<u>(59)</u>	<u>(68)</u>
Total	<u>(847)</u>	<u>(1.781)</u>	<u>1.357</u>	<u>1.867</u>

	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Pessoal (a)	(16.630)	(25.995)	(4.808)	(31.255)
Serviços contratados de terceiros	(3.816)	(4.844)	(1.584)	(2.462)
Seguros	(177)	(405)	(446)	(446)
Impostos e taxas	(245)	(551)	(130)	(361)
Anúncios e publicações	(452)	(716)	(639)	(801)
Serviços compartilhados	(127)	(469)	(845)	(1.682)
Depreciação	(256)	(490)	(90)	(157)
Outras despesas diversas	(2.097)	(3.138)	(1.821)	(2.710)
Alocação projetos E&P	<u>3.429</u>	<u>5.559</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(20.371)</u>	<u>(31.049)</u>	<u>(10.363)</u>	<u>(39.874)</u>

- (a) O saldo em 30 de junho de 2011 inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada QGEP) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011. Para o período findo em 30 de junho de 2012 foi provisionado R\$6.126 mil referente ao pagamento de participação nos lucros.

18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$160.407 em 30 de junho de 2012, R\$157.282 refere-se aos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81.513 baixados do imobilizado e R\$38.593 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras. Do saldo de R\$17.363 em 30 de junho de 2011, R\$11.690 referem-se a baixa dos gastos exploratórios do poço seco 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Juros de aplicações financeiras	31	94	121	250
Despesas financeiras	-	(53)	(4)	(4)
Total	<u>31</u>	<u>41</u>	<u>117</u>	<u>246</u>
	Consolidado			
	01/04/12 a 30/06/12	01/01/12 a 30/06/12	01/04/11 a 30/06/11	01/01/11 a 30/06/11
Juros de aplicações financeiras	20.072	47.412	47.254	73.283
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(779)	(3.214)	(6.265)	(12.028)
Variações cambiais, líquidas:				
Empréstimos	-	-	364	895
Derivativos (b)	-	(11.490)	-	-
Provisão para abandono	(11.215)	(8.150)	8.163	10.303
Contas a pagar-Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	-	22.773	-	-
Outros	<u>(310)</u>	<u>(312)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.768</u>	<u>47.019</u>	<u>49.516</u>	<u>72.453</u>

- (a) O saldo de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.
- (b) Em 2011 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).
- (c) Conforme citado na Nota Explicativa 12.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador)	35
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
			Panoro Energy	35
			Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati Camarão Norte	Petrobras (operador)	35
			Manati	45
			Panoro Energy	10
			Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva BS-4	Petrobras	40
			Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30 30
Exploração	Camamu	BM-CAL-5	Petrobras (operador)	72,5
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador)	60
			Queiroz Galvão Exploração e Produção El Paso	20 20
	Santos	BM-S-12	Petrobras (operador)	70
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
	Santos	BM-S-8	Petrobras (operador)	66
			Petrogal Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção	14 10 10
Jequitinhonha	BM-J-2	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operadora na quase totalidade dos blocos do Grupo. Pelos termos dos contratos de concessão, e após declaração de comercialidade da mesma, o Grupo tem o direito de desenvolvê-la e produzi-la por um período de 27 anos, durante o qual poderá também, executar novas atividades de exploração dentro do *ring fence* estabelecido pela ANP para o campo. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	9,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>27,7</u>		<u>4.364</u>					

Em 30 de junho de 2012, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 2 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 30 de junho de 2012, o montante da provisão de abandono é de R\$115.197 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2012 foram provisionados R\$17.028 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$3.193 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2012 foram provisionados R\$4.260 de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.858 permanecem registrados no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$154 registrados na demonstração do resultado como custos.

b) Informações sobre as reservas (não revisadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo</u> MMm ³ (não revisado)
Reserva provada estimada em 30/06/2012 (*)	<u>13.276</u>

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada reportada é a reserva certificada em 2010 e deduzida das produções mensais até o referido período.

c) Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

Em 30 de junho de 2012, o Grupo possui garantias, através de carta de fiança e de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicom bustíveis – ANP no total de R\$27.748 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos (apenas em 31 de dezembro de 2011) e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/06/2012			
	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	16.939	16.939
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1.097	1.097	182.120	182.120
Contas a receber (ii)	-	-	97.956	97.956

	30/06/2012			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	615.626	615.626
Aplicações financeiras (iii)	-	-	97.719	97.719
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	67	67	50.991	50.991
Partes relacionadas	790	790	968	968

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota 2.19.2.
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores, não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	67	67
Partes relacionadas	790	790
Total	<u>857</u>	<u>857</u>
	Consolidado	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	50.991	50.991
Partes relacionadas	968	968
Total	<u>51.959</u>	<u>51.959</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,6% em 30 de junho de 2012 e 96,4% em 30 de junho de 2011). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30.06.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 30 de junho de 2012			8,38%	8,38%	8,38%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	713.345	Redução do CDI	713.345	713.345	713.345
Taxa anual estimada do CDI para 30 de junho de 2013			7,81%	5,86%	3,91%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - cenário de sensibilidade		Redução do CDI	769.057	754.041	739.026
Efeito no período no resultado e patrimônio líquido:					
Aumento			55.712	40.696	25.681

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 30 de junho de 2013, de acordo com o relatório Focus em 27 de Julho de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30.06.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 30 de junho de 2012			8,38%	8,38%	8,38%
Caixa restrito:	16.939	Redução do CDI	16.939	16.939	16.939
Taxa anual estimada do CDI para 30 de junho de 2013			7,81%	5,86%	3,91%
Caixa restrito:	16.939	Redução do CDI	18.262	17.905	17.549
Efeito no período o resultado e patrimônio líquido:					
Aumento			1.323	966	610

(b) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 30 de junho de 2013, de acordo com o relatório Focus em 27 de Julho de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a provisão para abandono, valorizados em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar na aquisição de dados sísmicos, Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, conforme detalhado abaixo.

O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$992. Foi pago um prêmio de R\$60 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Data da Negociação:	4 de abril de 2012
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Europeia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD220.386 USD220.386 USD550.964
Preço de Exercício:	1,96 R\$/USD 1,97 R\$/USD 2,00 R\$/USD
Data de Vencimento:	27 de julho de 2012 29 de agosto de 2012 29 de janeiro de 2013
Data de Exercício:	27 de julho de 2012 29 de agosto de 2012 29 de janeiro de 2013
Data de Liquidação:	30 de julho de 2012 30 de agosto de 2012 30 de janeiro de 2013
Prêmio:	R\$ 8.070 R\$ 9.100 R\$ 42.800
Data do Pagamento de Prêmio:	30 de março de 2012 4 de abril de 2012 4 de abril de 2012

<u>Operação de termo de moeda</u>	<u>Taxa</u>	<u>30/06/2012</u>	
		<u>Valor nominal</u>	<u>Valor justo</u>
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<i>Call Option</i>	USD	992	104 (a)

(a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No semestre findo em 30 de Junho de 2012 o efeito no resultado foi de R\$41.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real (R\$) e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

	Consolidado				
	30/06/2012				
	Risco	Cenário provável (a)		Cenário	
em USD		em R\$	Possível (25%)	remoto (50%)	
Dólar efetivo em 30 de junho de 2012		2,0213	2,0213	2,0213	
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	115.197	115.197	115.197
<i>Call option</i>	Alta do US\$	992	<u>2.005</u>	<u>2.005</u>	<u>2.005</u>
Taxa anual estimada do dólar para 30 de junho de 2013			1,95	244	2,95
Provisão para abandono	Alta do US\$		111.134	138.917	166.700
<i>Call option</i>	Alta do US\$		<u>1.934</u>	<u>2.418</u>	<u>2.902</u>
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real					
Redução			(4.134)	-	-
Aumento			-	24.133	52.400

(c) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o período de um ano em 30 de junho de 2013, de acordo com o relatório Focus em 27 de Julho de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2012 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de junho de 2012 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	62,9
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Capital Group	13.776.200	5,2
Administradores	7	0,1
Ações em tesouraria	1.097.439	0,4
Ações em circulação	<u>64.867.380</u>	<u>24,4</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	<u>Período de 01/04/12 a 30/06/12</u>	<u>Período de 01/01/12 a 30/06/12</u>	<u>Período de 01/04/11 a 30/06/11</u>	<u>Período de 01/01/11 a 30/06/11</u>
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>				
Numerador:				
(Prejuízo) lucro líquido do período	(96.055)	(26.810)	58.359	71.724
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>265.605</u>	<u>265.605</u>	<u>216.651</u>	<u>216.651</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,36)</u>	<u>(0,10)</u>	<u>0,27</u>	<u>0,33</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de junho de 2012 e de 2011 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com os Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2012 e de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$5,31 e R\$3,84 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações – 29/05/2012	Planos de opções de compra de 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações – 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	550.000	2.199.826	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$3,84	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de junho de 2012 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período – 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	1.097.439	19,00
Concedidas no período – 26/03/2012	2.199.826	14,17
Concedidas no período – 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2012	<u>3.847.265</u>	<u>14,17</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de junho de 2012 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em jun/2012	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em jun/2012	Preço de exercício médio
Plano 2012 – 2ª outorga	550.000	7	12,81	-	-
Plano 2012 – 1ª outorga	2.199.826	7	14,17	-	-
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	219.488	19,00

Para o período findo em 30 de junho de 2012, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$4.034 (R\$2.437 do plano de 2011, R\$1.511 da 1ª outorga do plano de 2012 e R\$86 da 2ª outorga do plano de 2012), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

23. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor – R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período	1.097.439	9.107
Saldo em 30 de junho de 2012	1.097.439	9.107

(*) Quantidade de ações

	<u>30/06/2012</u>
Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	
Médio ponderado	8,29
Mínimo	7,88
Máximo	8,54

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>30/06/2012</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	1.907.439
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	7,33
Valor de mercado (R\$ mil)	8.044

A quantidade de ações em tesouraria representa 1,14% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 30 de junho de 2012.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias</u> <u>seguradas</u> <u>30/06/12</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2013	3.106.722
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2013	100.000
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2013	<u>280.800</u>
Total		<u>3.487.522</u>

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$176 em 30 de junho de 2012 (R\$78 em 30 de junho de 2011), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/06/2012</u>
Plano de opção de ações	4.034

27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2012.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o segundo programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 9 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme divulgado na Nota 21, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar na aquisição de dados sísmicos, Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, através da opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$992. Em 13 de julho de 2012 a Companhia liquidou os contratos com vencimento em 27 de julho de 2012 e 29 de agosto de 2012 (valor nominal de US\$441 mil), o qual teve um efeito no resultado de R\$11 mil.

Em 27 de julho de 2012 foi encaminhada carta à ANP, solicitando a revisão do PAD do 1-SCS-13 e, conseqüentemente, a extensão do período exploratório do bloco BM-S-12, visando a reentrada neste poço. Em 30 de junho de 2012 o montante total dos ativos referente a gastos exploratórios no imobilizado do bloco BM-S-12 é de R\$42.280.

Em 2 de agosto de 2012, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar na aquisição de dados sísmicos, Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos. O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$601. Foi pago um prêmio de R\$55 pela compra da Opção.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

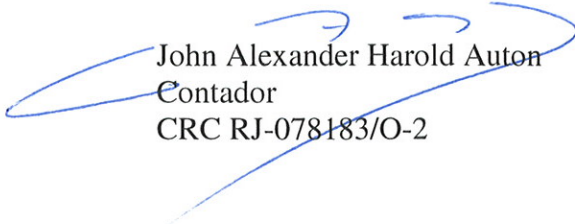
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatórios financeiros (“*Interim Financial Reporting Standards IFRS*”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com CPC 21, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC RJ-078183/O-2